



Novas perspectivas sobre infâncias negras

um guia para qualificar
a cobertura jornalística

Realização

nós

Parceria



MARCOZERO

Apoio



FUNDAÇÃO
Maria Cecilia
Souto Vidigal

Apresentação

Não existe uma única maneira de representar a diversidade das infâncias negras brasileiras. Cada criança é única, com suas próprias histórias, sonhos, potencialidades e desafios sociais. É importante que os meios de comunicação reflitam essa multiplicidade, evitando generalizações e estereótipos.

É com esse objetivo que nasce o guia “Novas perspectivas sobre infâncias negras: um guia para qualificar a cobertura jornalística”, uma parceria entre Nós, mulheres da periferia e Alma Preta, apoiado pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal.

Este guia é fruto do programa “O papel do jornalismo periférico e antirracista na proteção das crianças negras”. Lançado em 2023, em parceria com a Marco Zero Conteúdo, a formação online e gratuita capacitou profissionais e estudantes de jornalismo da região Nordeste do país. A iniciativa teve como foco aprofundar e qualificar a cobertura jornalística antirracista, e ampliar conhecimentos sobre as histórias e os desafios que permeiam o cotidiano de mães, bem como a importância de garantir os direitos das crianças negras, especialmente aquelas na primeira infância, fase que vai até os seis anos.

Como resultado de nossas discussões e das reportagens que nasceram do projeto, essa publicação se configura como um convite para abordagens mais empáticas, autênticas, qualificadas e respeitadas sobre as realidades multifacetadas das infâncias negras brasileiras.

Ao adotar as práticas recomendadas aqui, esperamos que cada comunicador contribua para a criação de um espaço midiático mais reflexivo, sensível e verdadeiramente representativo.

Para essa publicação, conversamos com Juliana Prates, doutora em Estudos da Criança, mestre em Psicologia do Desenvolvimento e especialista em Processos de Mudança na Formação e em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens; Daniel Munduruku, professor, escritor e ativista indígena, que também discorre sobre as questões socioeconômicas, educacionais e de saúde que impactam esses povos; Renato Nogueira, filósofo, escritor e palestrante; Ione da Silva Jovino, doutora em Educação; Mighian Danae, doutora em Educação, professora universitária e pesquisadora sobre educação afrocentrada; e Luara Baia, mestre em Ciências Sociais e autora do livro "Maternidade tem cor? Narrativas de mulheres negras sobre maternidade", publicado em 2021 pela Editora Appris.

Embarque nessa jornada conosco. Boa leitura!

Mayara Penina, jornalista, mãe e cofundadora do Nós, mulheres da periferia

Jornalismo antirracista

A importância do jornalismo comprometido com o antirracismo. A experiência do Nós e Alma Preta

Como seria a visão de mundo dos pobres se a única fonte de informação disponível viesse das elites dominantes? Como negros e indígenas se autoidentificariam positivamente se toda informação que tivessem de suas culturas e ancestrais fosse escrita por quem os colonizou e escravizou? Quão difícil seria para as mulheres enxergar um presente longe do trabalho do cuidado se nenhum outro modo de vida lhes fosse apresentado?

Essas questões demonstram o quanto a informação é uma ferramenta tão poderosa e disputada. Aqueles que seguram a caneta têm a oportunidade de escrever a história do jeito que melhor lhes beneficia, podendo disseminar valores e referências que sustentam suas formas de dominação. Por outro lado, quando povos historicamente segregados e oprimidos têm a chance de disputar esse espaço de comunicação, a emancipação e a resistência podem acontecer.

Foi com esse objetivo que o Nós, mulheres da Periferia e a Alma Preta nasceram: desafiar as narrativas dominantes e dar lugar a um jornalismo humano, diverso, antirracista e que amplificasse a voz das minorias. Afinal, não há ninguém melhor para contar nossas histórias do que nós mesmos!

O Nós nasceu a partir da publicação de um artigo assinado pelas fundadoras, em 7 de março de 2012, no jornal Folha de S. Paulo. O texto alertou para a invisibilidade e os direitos não atendidos de uma parte das mulheres – as que moram em bairros periféricos de grandes metrópoles. O título escolhido foi: Nós, mulheres da periferia – que deu nome à redação.

O texto teve grande repercussão e foi replicado em outros veículos de mídia. Mas o maior impacto foi ter encontrado eco entre as iguais das escritoras: outras jovens ou não tão jovens mulheres moradoras de periferias que se sentiram representadas em um grande veículo.

As autoras, que escreveram com base em suas vivências cotidianas, individuais e cruzadas, perceberam naquele momento que o vazio de representatividade não era sentido apenas por elas. A partir de então, iniciou-se um processo de pesquisa e consolidação da redação, e o site nasceu em março de 2014.

Já a Alma Preta surgiu em 2015, fundada por estudantes e recém-formados da Universidade Estadual Paulista (Unesp), em Bauru. Eles abraçaram a ideia de criar um projeto coletivo e independente que os representasse, realizando uma cobertura jornalística sensível e autêntica sobre as mazelas do racismo no Brasil.

Desde então, atuam para disputar as narrativas históricas presentes no imaginário social da população brasileira sobre os povos negros, pobres e periféricos. Assim, noticiam com ética e sensibilidade para combater estereótipos e perspectivas racistas, misóginas e elitistas e para contribuir para a formação do senso crítico da população.

A mídia desempenha um papel crucial na representação e na reprodução das dinâmicas sociais e culturais do país. Muitas vezes, se desatenta às inúmeras questões que perpassam as minorias, podem contribuir também para a perpetuação de ideias que relegam esses grupos a espaços socialmente determinados e subalternos.

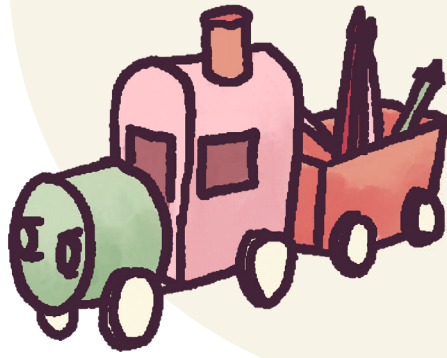
O jornalismo antirracista é uma ferramenta para combater o racismo estrutural, promover a equidade racial, amplificar vozes marginalizadas e contribuir para a construção e disseminação de abordagens que representem a diversidade da população brasileira.

Com base nas experiências do Nós, mulheres da Periferia e da Alma Preta na promoção de um jornalismo antirracista, esse guia visa promover a formação de profissionais que também ajudem na construção de um futuro mais justo e igualitário para todas as pessoas, especialmente para as crianças.

Manual de Redação: o Jornalismo Antirracista a partir da Experiência da Alma Preta

Resultado de um período de três anos dedicados à pesquisa e colaboração com pesquisadores, jornalistas e estudantes, o manual apresenta a visão editorial moldada pela Alma Preta ao longo de oito anos de atuação. Além de desempenhar o papel de referência interna, o texto estabelece parâmetros essenciais para orientar jornalistas e comunicadores na abordagem da temática racial no contexto brasileiro. [Baixe aqui.](#)





CAPÍTULO 1

O que é a primeira infância e sua importância

O que é a primeira infância e como fatores sociais, econômicos e culturais podem impactar as experiências das crianças nesse estágio.

A primeira infância, período que engloba os seis primeiros anos de vida, é uma fase especialmente significativa para o desenvolvimento infantil. Mas, afinal, o que é desenvolvimento? É um processo de mudança no qual as crianças passam a dominar níveis cada vez mais complexos de movimento, pensamento, sentimento e de interação com pessoas e objetos do ambiente.

É nessa fase que as crianças se desenvolvem de forma rápida e intensa, formando as bases essenciais para a saúde física, cognitiva e socioemocional ao longo de toda a vida. As conexões cerebrais se formam a um ritmo de 1 milhão por segundo. Em nenhuma outra fase da vida esse desenvolvimento será tão intenso - por isso, esta fase é conhecida como “janela de oportunidades”.

Esses períodos críticos são fundamentais para a formação de habilidades específicas, e, se as crianças não recebem estimulação adequada ou são expostas a experiências negativas durante esses períodos, podem ocorrer efeitos em seu desenvolvimento. Grande parte dessas aquisições são fruto da plasticidade cerebral: capacidade do cérebro de se modificar e se reorganizar em resposta às experiências e ao ambiente.

Os vínculos familiares e os cuidados nessa etapa da vida, a forma como as necessidades básicas das crianças são atendidas, tornam-se essenciais para promover um desenvolvimento pleno e integral. Como seres sociais, grande parte do desenvolvimento é aprendido por meio do contato com os outros.

“Poderemos pensar, como exemplo, o momento em que a criança começa a ser capaz de usar a linguagem oral para se expressar. Esta nova competência cognitiva permitir-lhe-á novas possibilidades de interação com o mundo, novas possibilidades de interação com os outros, influenciando, também, o seu desenvolvimento social”.

É o que explicam as pesquisadoras Isabel Dias, Sónia Correia e Patrícia Marcelino no artigo Desenvolvimento na primeira infância: características valorizadas pelos futuros educadores de infância. “Esta e outras situações fazem com que tenhamos de assumir que o desenvolvimento do ser humano é um processo holístico e que todos os processos ocorridos se influenciam e se provocam mutuamente”, dizem.

Enquanto categoria geracional, também entendemos a infância como uma construção social que carrega características próprias distintas das outras fases da vida. E ela não é única, mas múltipla, com especificidades a partir da intersecção com outras variáveis, como renda, cor, etnia, cultura e localização, por exemplo.

Primeira infância no Brasil

**Percentual da população
por idade entre 0 e 6 anos**

2022 | Brasil

8,92%

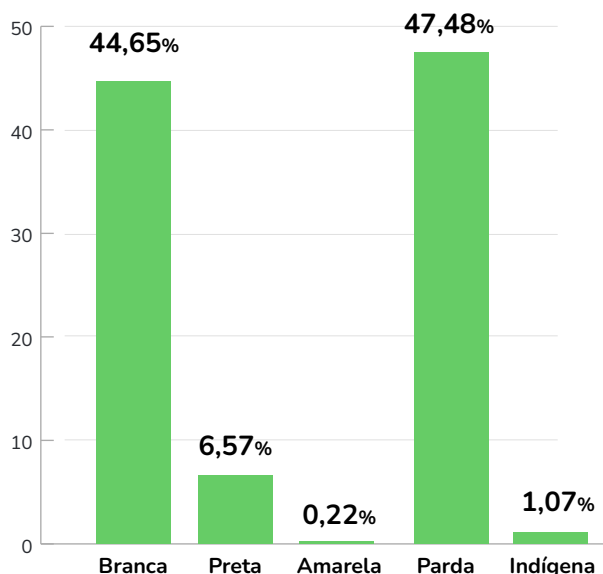
**População por idade
entre 0 e 6 anos**

2022 | Brasil

18.117.158

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

População com idade entre 0 e 6 anos - por raça / cor



Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Esses indicadores fazem com que cada infância seja vivenciada de forma singular, inclusive entre indivíduos do mesmo grupo. Porém, quando falamos de infâncias racializadas, abordagens racistas tendem a homogeneizá-las, retratando-as como se fossem uniformes, apesar das histórias de vida distintas que vão além da experiência do racismo. É crucial reconhecer a singularidade de cada criança e evitar a generalização.

As infâncias negras são múltiplas e enfrentam desafios específicos. Existem crianças negras ricas e pobres, com e sem deficiência, em famílias grandes ou monoparentais, residindo em regiões rurais, urbanas, ribeirinhas, dentre outras.

“Não podemos tratar a infância negra como homogênea. Não é a mesma experiência para todos, mas a variável raça atravessa essas crianças de uma forma ‘homogênea’. Vai interferir na experiência de infância das crianças de uma forma similar, senão da mesma forma”, explica a psicóloga Juliana Prates Santana, doutora em estudos da criança pela Universidade do Minho e professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

É importante reconhecer que, apesar das diferenças individuais, existem experiências comuns, baseadas no racismo, que aproximam as vivências das crianças negras. Essa proximidade é evidente na forma como o racismo estrutural impacta vidas, criando um conjunto de experiências similares.

As crianças negras são submetidas cotidianamente a microagressões, uma forma de violência que é tanto estrutural quanto sistêmica. O ‘estresse tóxico’,

caracterizado pelo acúmulo de experiências negativas que se somam ao longo do tempo, muitas vezes sem que o indivíduo tenha qualquer controle sobre elas, é uma das consequências dessas violações.

O constante estado de alerta decorrente dessas vivências também impacta diretamente o desenvolvimento infantil. Além disso, o estresse gera um sentimento de impotência, visto que as violências são contínuas e persistentes. Os efeitos psíquicos individuais incluem depressão, ansiedade e baixa autoestima, levando a um sofrimento mental significativo, que se prolonga com o passar dos anos. Dados de 2019 do Ministério da Saúde, por exemplo, mostram que as tentativas de suicídio entre a população negra aumentou 12% nos últimos anos. A faixa etária mais afetada é de 10 a 29 anos.

Outra forma significativa na qual o racismo se manifesta nas primeiras infâncias é na falta de representatividade. Durante esse período de desenvolvimento em que as crianças estão buscando compreender ativamente quem são, a falta de modelos positivos e semelhantes a elas pode prejudicar na construção de uma identidade étnico-racial saudável, levando-as a internalizar ideias negativas sobre características associadas à própria etnia, como o cabelo e a cor da pele.

Juliana aponta que a baixa autoestima nas crianças vem de uma ideia de não pertencimento étnico-racial, de uma negação, do embranquecimento desse sujeito no seu processo identitário. Na educação, a presença de modelos positivos e diversas narrativas nas salas de aula e nos materiais educacionais pode promover uma autoimagem saudável e fortalecer a autoestima dessas crianças.

Comunicando na prática

- **Defina o que é a primeira infância:** a primeira infância engloba os seis primeiros anos de vida e é crucial para o desenvolvimento infantil. Destacar a importância dessa fase e a necessidade de atenção prioritária de políticas públicas para solucionar os problemas é essencial;
- **Contextualize:** discorra sobre como fatores sociais, econômicos e culturais impactam as experiências das crianças. Isso contribui para uma reflexão crítica sobre a raiz das questões que afetam as primeiras infâncias;
- **Reconheça as múltiplas infâncias:** como uma construção social multifacetada, a infância tem especificidades decorrentes de variáveis como renda, cor, etnia e localização. Chamar atenção

para esse ponto é fundamental para uma compreensão aprofundada e humana sobre as diversas realidades;

- **Evite generalizações:** destaque as experiências singulares, especialmente das crianças racializadas. Assim é possível valorizar a diversidade de perspectivas e realidades e evitar a propagação de estereótipos;
- **Não comunique apenas as experiências de dor:** ressalte a importância de modelos positivos e narrativas diversas na educação para fortalecer a autoestima e identidade étnico-racial das crianças.
- **Reconheça práticas culturais e educativas tradicionais:** Muitas práticas de cuidado e educação em comunidades indígenas são transmitidas de geração em geração e são essenciais para o desenvolvimento integral das crianças. Essas práticas devem ser reconhecidas e valorizadas como formas legítimas de educação e cuidado, e não vistas sob a lente da “falta” em comparação com os padrões ocidentais.



CAPÍTULO 2

Crianças e indígenas: as mais vulnerabilizadas

Os desafios enfrentados por crianças negras e indígenas. Como as questões socioeconômicas, educacionais e de saúde impactam essas comunidades

Negros e indígenas no Brasil compartilham histórias de opressão e violência geradas a partir da colonização do país. Assim como os povos africanos, os originários também foram massacrados, violentamente arrancados das terras de seus ancestrais, tiveram suas culturas demonizadas e seus presentes e futuros impactados social e economicamente.

Desde a chegada dos portugueses ao país, o número de indígenas no Brasil foi reduzido em quase 50%: de aproximadamente 3 milhões em 1500, segundo estimativas da Fundação Nacional do Índio (Funai), para pouco mais de 1 milhão e 600 mil em 2022, de acordo com o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O país também foi o que mais recebeu africanos escravizados no continente americano. Ainda de acordo com o IBGE, entre os séculos XVI e meados do XIX, vieram cerca de 4 milhões de homens, mulheres e crianças, o equivalente a mais de um terço de todo comércio negreiro.

Além de terem seus modos tradicionais de vida destruídos, negros e indígenas também foram forçados a negar suas línguas e dialetos para falar o idioma do colonizador, além de seguir suas leis, religião e cultura. Mas esses povos não se

conectam apenas pelas dores da opressão, pelo contrário, partilham estratégias potentes de resistência para manter vivos seus corpos, saberes e legados.

Nenhum deles aceitou de maneira pacífica a dominação europeia, como sugere a produção histórica e artística, presente, por exemplo, em pinturas e textos literários de autoria do colonizador. Quilombos, aldeias e diversas formas de organização comunitária foram construídas para resistir às violências perpetradas contra eles.

Até hoje, mais de 500 anos após a invasão portuguesa, essas estruturas de defesa continuam erguidas e atuantes pela existência de seus povos. Buscam a reparação contra a herança de miséria e desigualdade social deixada por esse capítulo monstruoso da história brasileira.

“O racismo estrutural é uma prática querida pelos colonizadores desde sempre”, explica Daniel Munduruku, escritor, professor e ativista. “Os povos indígenas sempre sofreram com isso. Os negros foram trazidos para cá porque os colonizadores achavam que os indígenas não eram competentes para o trabalho, pois a ideia de trabalho colonizador era de produção para um terceiro explorador, não para a própria comunidade”.

Nesse contexto, a infância, fase essencial para o desenvolvimento humano, também foi profundamente impactada. “Naturalizou-se esse descuido com nossas infâncias, principalmente as negras e indígenas, pois querem colocá-las dentro de uma forma para o trabalho. Isso tira das crianças a possibilidade de viverem a plenitude da infância, e infelizmente essa mentalidade está presente na escola, nos centros culturais e em várias instituições. O Estado, como força poderosa, determina muito desse tratamento às infâncias”, pontua o especialista.



A existência das infâncias indígenas

Atualmente, estima-se que 305 povos indígenas habitam o Brasil, falam 274 línguas e vivem dentro e fora de Terras Indígenas. Dessa população, mais de meio milhão está concentrada na faixa de idade entre zero e 14 anos (29,95%), segundo dados do Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As infâncias indígenas, portanto, são múltiplas, com diferentes tradições, religiões, modos de vida e realidades socioeconômicas.

Para as crianças do povo Guarani Mbya, por exemplo, que vivem na Terra Indígena Tenondé Porã, no extremo sul da cidade de São Paulo (SP), a rotina diária inclui idas à Casa de Reza, à escola e brincadeiras ao ar livre. Já os pequenos Guarani

Kaiowá, com quem compartilham a mesma língua, vivem realidades bem diferentes, com a rotina e o desenvolvimento impactados fortemente pela luta em defesa da retomada do seu território na Terra Indígena Laranjeira Ñanderu, no sul do estado do Mato Grosso do Sul.

Desde 2007 a comunidade sofre com repetidos despejos ilegais, condições precárias e uma escalada de conflitos e violência com os não-indígenas que vivem no entorno. Ou seja, mesmo partilhando muitas características, nem todas as crianças indígenas terão as mesmas conjunturas e estímulos para se desenvolverem integralmente e se tornarem adultos plenos.

Essa realidade não se restringe aos Kaiowá. As crianças indígenas no Brasil estão entre as mais vulnerabilizadas. Segundo o estudo Desigualdades em saúde de crianças indígenas do Núcleo Ciência Pela Infância (NCPI), em 2022, crianças indígenas de até quatro anos tiveram uma mortalidade mais de duas vezes maior que a registrada em crianças brancas.

As crianças indígenas também estão na faixa de atenção para a desnutrição crônica, conforme aponta estudo do Centro de Integração de Dados e Conhecimento para Saúde (Cidacs/Fiocruz Bahia), que identificou maiores incidências de estatura e peso abaixo do indicado para a idade entre indígenas de até cinco anos.

“As populações indígenas são muito diferentes entre si. Então não dá para precisar como está a situação das infâncias, mas certamente dá para entender que estão sendo muito mal cuidadas”, pontua Daniel. “Se a gente colocar na mesa as questões pelas quais passam os povos indígenas – de maneira geral, a perseguição, a questão da saúde, a contaminação dos rios, o desmatamento – tudo possibilita indiretamente inferir que as infâncias indígenas estão completamente descuidadas”.



Direitos indígenas

Segundo a Enciclopédia Povos Indígenas no Brasil, foi a partir da Constituição Federal de 1988 que o Estado brasileiro abandonou a perspectiva de assimilação dos povos indígenas, que trazia a ideia da extinção dessa população por meio da completa integração e apagamento de seus modos de vida; e também passou a garantir o direito originário ao território, ou seja, um direito anterior à criação do Brasil, uma vez que os indígenas foram legitimados como primeiros habitantes.

A partir de então, foram reconhecidos aos indígenas os direitos à organização social, costumes, línguas, crenças e tradições. Além disso, a lei magna passou a garantir o direito à uma educação diferenciada, que tenha como base o respeito

aos desenvolvimentos educacionais e mantenha as particularidades de cada povo, como o uso da língua, dos saberes tradicionais, de calendário adaptado e currículos diferenciados, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, posteriormente promulgou.

“Quando não se detém condições de educar crianças a partir do seu próprio universo, do seu próprio mundo, elas perdem a referência das suas ancestralidades e do seu pertencimento”, explica Daniel Munduruku. “Serem obrigadas a ir a uma escola que não é do mundo delas, e ter que entender a lógica e a ciência a partir da vida ocidental, é uma violência”.

Em toda a sua sociodiversidade, as infâncias indígenas compartilham características que as distinguem e ajudam a construir sua identidade. Uma delas, é a cosmovisão da importância da infância para o futuro, não apenas para o indivíduo, mas para a comunidade em que vive.

Além dessa percepção, as infâncias indígenas também compartilham a conexão com o território. Mesmo aquelas que vivem atualmente em um contexto urbano, a vinculação com o seu povo de origem estabelece essa relação, afinal, o próprio conceito de povo parte da ideia de uma população que possui um território comum.

Dessa forma, a identidade indígena está diretamente vinculada ao território tradicional. É o que defende a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (Anmiga) na Carta das Primeiras Brasileiras:

“Somos Mulheres-Biomas, porque somos terra, sementes, raiz, tronco, galhos, folhas e frutos, mulheres conectadas com o corpo da Terra. Somos diversas, somos avós, mães, filhas e netas. Nós pelas que vieram antes de nós, nós por nós e nós pelas virão”.

Para muitas crianças indígenas que vivem nos territórios, parte elementar de seu modo de vida indígena é a conexão com a natureza. Essas áreas são parte viva do brincar, do aprender e do crescer. E são muitos os jogos e brincadeiras. Alguns, como a peteca e a perna de pau, são conhecidos e compartilhados, enquanto outros são mais restritos a alguns povos, como é o caso do jogo ‘Heiné Kuputisü’, dos Kalapalo do Território Indígena do Xingu (Mato Grosso).

Além disso, o contato com as tradições indígenas, os rituais e a espiritualidade também permeiam a vida delas desde os primeiros anos de vida. As crianças aprendem a partir do contato com os mais velhos de suas comunidades, por meio da contação de histórias sobre os mitos e lendas que narram a origem de seus povos ou até mesmo no envolvimento nas funções e atividades que serão

essenciais para que as crianças sejam, no futuro, membros produtivos de suas comunidades.

É dessa forma também que são passados adiante os valores morais, éticos e o modo de vida de cada povo. Em consonância, a participação em rituais e cerimônias também ajuda a fortalecer a transmissão de memória e conhecimentos, reforçando o senso de identidade e de comunidade.



Infâncias indígenas e o impacto da discriminação racial na primeira infância

Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e Instituto Promundo, as primeiras experiências de discriminação racial que crianças negras e indígenas sofrem podem vir ainda na primeira infância, isto é, que compreende os seis primeiros anos de vida. Daniel Munduruku aponta que a razão disso é o racismo que parte de uma visão colonial sobre as diferenças. "As crianças negras e as crianças indígenas continuam sendo vítimas desse racismo estrutural, porque, como o nome diz, ele está embutido na formação da mentalidade brasileira", explica.

Ainda segundo o Unicef, o racismo sofrido por elas pode se dar por diversas práticas nocivas, como as diferenças de tratamento e na discriminação como um todo, seja ela nas práticas, na verbalização ou no comportamento. O racismo pode impactar diferentes aspectos do desenvolvimento, desde a construção da autoestima, como a sociabilização, a identidade, a saúde física e mental das crianças.

Entre as violências sofridas também estão as microagressões que reforçam uma visão negativa ou irreal sobre o modo de vida e identidade indígena, afetando a percepção da criança sobre si. "O Brasil é um país que não gosta de si mesmo porque esse racismo nos faz gostar mais do colonizador do que de ser protagonistas de nossa história", pontua Daniel.

"O ser colonizado, que aqui inclui as origens africanas e indígenas, sempre foi considerado um estorvo, e isso é transmitido às crianças na escola. Elas têm muito mais acesso aos saberes ocidentais do que aos saberes da própria cultura, incluindo os indígenas e africanos, que formam a base da nacionalidade brasileira. Infelizmente, aprendemos a não gostar dessa nossa identidade", analisa.

Em contraposição a isso, Munduruku defende mecanismos de fortalecimento da autoestima a partir do reconhecimento da origem das crianças. "Não há como

pensar em acolhimento sem respeitar as origens. Acolher é olhar para o lugar de onde as crianças vêm e reconhecer suas capacidades e valores”. O especialista aponta as escolas como importantes espaços para o enfrentamento de realidades discriminatórias.

“É preciso pensar, como um projeto efetivo, na criação de uma universidade indígena no Brasil que ajude na formação de educadores para trabalhar dentro de áreas ou de escolas indígenas, sejam eles indígenas ou não. Porque é importante que não indígenas também aprendam a pedagogia dessas populações. Isso ajudaria muito a quem estuda e se forma a pensar o outro a partir do que o outro e não a partir do pensamento hegemônico”, argumenta.

Comunicando na prática

- **Se aprofunde nos contextos históricos:** a história dos povos indígenas brasileiros é marcada pelo legado colonial deixado pelos portugueses desde 1500. Entender a forma como o passado estruturou a sociedade atual é essencial para se aprofundar nas estruturas de defesa e resistência que os indígenas continuam erguendo pela existência de seus povos.
- **Escute as vozes dos protagonistas:** ouvir o que os povos indígenas têm a dizer sobre os inúmeros temas que os englobam, não apenas as histórias de dor, é essencial para ter uma visão mais humana, específica, contextualizada e diversa. Eles são os melhores narradores das próprias histórias. Cada pessoa tem visões únicas sobre os acontecimentos, e trazer essa diversidade de perspectivas enriquece e dá mais credibilidade às produções;
- **Reconheça a diversidade dos povos, evitando generalizações:** os povos indígenas são numerosos, com culturas e modos de existência diversos. Reconhecer essa diversidade e se aprofundar nas especificidades de cada povo é fundamental e necessário para tornar as informações que se quer transmitir mais relevantes, compreensíveis, complexas e completas;
- **Seja sensível à linguagem para não reproduzir termos e conceitos discriminatórios:** utilize termos que os próprios povos indígenas preferem, em vez de termos genéricos. Isso contribui para a não reprodução de estereótipos, termos

pejorativos e desatualizados, além evitar a exotização ou romantização dos acontecimentos;

- **Incentive a reflexão crítica sobre o assunto:** informar e influenciar a busca de novos conhecimentos auxilia na promoção de compreensões mais profundas, dignas e respeitadas sobre a cultura do outro.



CAPÍTULO 3

Percepção e imaginário sobre as crianças negras

As representações culturais e estereótipos associados às crianças negras e como essas percepções impactam a maneira como elas são vistas e tratadas

As representações sobre os grupos sociais influenciam as formas como são vistos e tratados na sociedade. Isso impacta na formação da identidade dos indivíduos, nas relações sociais, no acesso a oportunidades e até na formulação de políticas públicas destinadas a essas populações.

Renato Noguera, doutor em Filosofia, coordenador do Grupo de Pesquisa Afroperspectivas, Saberes e Infâncias (Afrosin) do Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Leafro) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), aponta que essas visões coletivas criam formas de vida e práticas sociais.

“O imaginário social sobre as crianças negras é negativo e, durante muito tempo, elas não apareceram nos meios midiáticos de modo positivo, como protagonistas em situações que não fossem ligadas ao crime”, explica. “Ampliar o imaginário social sobre as crianças negras e transformá-lo em dispositivos sociais é essencial para que elas tenham acesso a outros direitos”.

Essas representações e, especialmente, os estereótipos negativos perpetuados socialmente, não surgem de repente, são construídos a partir de vivências, crenças e do conhecimento acumulado pelas gerações anteriores. Em uma sociedade marcada por um passado colonial, na qual a escravização de pessoas negras

foi justificada e legitimada por séculos, não surpreende que a visão negativa em relação a esse grupo não tenha sido dissipada assim que a escravidão foi legalmente abolida.

Nesse contexto, desde a primeira infância, as crianças negras são alvo de discriminações que interferem na forma como compreendem a si e aos outros, seus lugares e papéis no mundo.

Mídia e a representação das infâncias negras

Mighian Danae, mestre e doutora em Educação pela Universidade de São Paulo, aponta que a mídia representa as crianças negras de maneira muito específica e limitada. Desde sempre, elas têm aparecido na televisão e em outros meios de comunicação, porém, invariavelmente associadas a contextos de falta e ausência.

“Se há uma reportagem sobre um bairro periférico, por exemplo, você verá uma criança negra na imagem, associada à pobreza, à falta. Se for uma organização não governamental solicitando doações, normalmente a imagem usada é a de uma criança negra”, explica a especialista.

Para a pesquisadora, essas imagens são marcadamente deterministas, reduzindo a identidade dessas crianças à condição de pobreza. É fundamental reconhecer que, mesmo inseridos em classes sociais menos favorecidas, os indivíduos negros não são exclusivamente definidos por essa condição.

“Nós também consumimos, nos divertimos, sorrimos, mas nesses contextos a mídia não coloca as crianças negras. Parece que é impossível ser pleno sendo uma criança negra”, aponta. “Quando se fala de ‘criança’, sem adjetivos, a imagem é a de uma criança branca. Ao adicionar o adjetivo ‘negra’, já se está marcando pela raça, embora todas as crianças tenham cor e raça. A mídia continua tratando a criança branca como universal e a criança negra como ‘outra’”, analisa.

A especialista acredita que para alterar essa representação é essencial adotar um olhar crítico e uma análise mais profunda e complexa. “Cabe a nós, enquanto sociedade civil, forçar esse debate para transformar o lugar social da criança negra na mídia. A mídia é um dos principais veículos de manutenção desse modelo de infância como lugar puro, e a criança negra como aquela no lugar da ausência, racializada juntamente com o grupo social ao qual pertence”, conclui.



CAPÍTULO 4

Crianças negras na educação infantil

A importância da inclusão e equidade na educação infantil, explorando desafios e iniciativas bem-sucedidas

Se a família é o ambiente no qual as crianças começam a desenvolver sociabilidade e passam a enxergar o mundo de determinadas formas, é na escola que esse mundo inicial pode ser desmoronado ou reforçado - o ambiente escolar é o primeiro local onde os pequenos passam a ter interações sociais constantes além das familiares.

No Brasil, todas as crianças com idades entre zero e cinco anos e onze meses têm direito à educação infantil pública e gratuita. Essa primeira etapa da educação básica é dividida em dois níveis: a creche, para crianças de até três anos, cuja matrícula é opcional; e a pré-escola, que todas as famílias têm o dever de matricular seus filhos a partir dos quatro anos.

“O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo”, Art. 5º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

O acesso à pré-escola contribui para o desenvolvimento integral das crianças, incluindo a aquisição de habilidades cognitivas e socioemocionais e de demais aprendizagens que terão impactos por toda a vida. Outro benefício é a preparação para os anos iniciais do Ensino Fundamental, etapa educacional em que devem ser alfabetizadas, segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Esse é, ainda, um espaço que possibilita o acesso à alimentação adequada, algo especialmente importante para crianças em situação de vulnerabilidade socioeconômica e social. Crianças em situação de violência também encontram nas instituições escolares profissionais atentos a seus comportamentos e que estabelecem uma relação de confiança e acolhimento, para que possam relatar casos de abuso e pedir ajuda.

Os benefícios do acesso à educação básica também se estendem à vida adulta. Porém, no Brasil, o acesso à pré-escola não é universalizado, o que significa que, apesar de um direito, nem todas as crianças têm a oportunidade de frequentar essa etapa educacional.

O estudo Desigualdades na garantia do direito à pré-escola, publicado pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal em 2022, identificou um perfil específico para as crianças que têm maior risco de não frequentar a pré-escola. Em resumo:

- Crianças pretas, pardas e indígenas têm uma menor taxa de frequência escolar (91,9%) em comparação com crianças brancas ou amarelas (93,5%);
- A taxa de frequência escolar é menor entre crianças em situação de pobreza. Em 2019, a taxa de frequência escolar para crianças pobres era de 92,01%, enquanto para crianças não pobres era de 94,8%;
- Crianças residentes em zonas rurais enfrentam maiores dificuldades para frequentar a pré-escola;
- Crianças cujas mães não completaram o ensino fundamental têm menor probabilidade de frequentar a pré-escola. Quanto maior o nível educacional da mãe, maior a frequência escolar da criança;
- Crianças cujas mães possuem empregos informais também têm um maior risco de não frequentar a pré-escola.

Frequência à pré-escola no Brasil - 2019

<p>Segundo raça ou cor</p> <p>Pretas, pardas e indígenas: 91,9% Branças ou amarelas: 93,5%</p> <p>A região Centro-Oeste foi a que apresentou maior desigualdade entre as frequências escolares de crianças brancas e pretas, 89,4% e 80,6%, respectivamente.</p>	<p>Segundo situação de pobreza</p> <p>Pobres: 92,0% Não pobres: 94,8%</p> <p>As regiões Sul e Norte se destacam negativamente, com as maiores desigualdades, com diferença de 8,8% e 8,2%, respectivamente para crianças pobres e não pobres.</p>	<p>Segundo ocupação da mãe</p> <p>Ocupação informal: 95,0% Ocupação formal: 96,6%</p> <p>A região Norte é a que possui menor frequência escolar para crianças filhas de mães com trabalhos informais, com 89,4%.</p>
<p>Segundo condição de monoparentalidade</p> <p>Família monoparental: 94,2% Família não-monoparental: 94,1%</p> <p>A região Centro-Oeste possui a maior defasagem em relação à frequência escolar de crianças que residem com apenas um adulto: 83,1% a taxa para famílias monoparentais e a de famílias não-monoparentais foi de 89,9%.</p>	<p>Segundo idade da mãe</p> <p>Mãe com 19 anos ou menos: 92,3% Mãe com 20 anos ou mais: 94,4%</p> <p>As regiões Centro-Oeste e Norte apresentaram as menores taxas de frequência escolar de crianças filhas de mães jovens, 81,5% e 82,1%, respectivamente.</p>	<p>Segundo escolaridade da mãe</p> <p>Mães com Ensino Fundamental completo: 95,3% Mães sem Ensino Fundamental completo: 91,1%</p> <p>As regiões Norte e Centro-Oeste foram as que apresentaram as menores taxas de escolarização de filhos de mães sem Ensino Fundamental completo, 84,8% e 86,3%, respectivamente.</p>

Com a chegada da pandemia de Covid-19, a redução no número de matrículas foi de aproximadamente 315 mil entre 2019 e 2021, sendo 275 mil apenas em 2021.

Fonte: FUNDAÇÃO MARIA CECILIA SOUTO VIDIGAL. **Desigualdades na garantia do direito à pré-escola.** São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.fmcsv.org.br/biblioteca/desigualdades-direito-preescola/>. Acesso em: 8 jul. 2024.

A racialização da educação infantil

A escola é o primeiro lugar em que as crianças passam a ter convívio constante com pessoas que vão além da família - e potencialmente, o primeiro lugar de convívio social em que podem ser vítimas de racismo. Nessa fase, os pequenos já são capazes de associar, reproduzir e perpetuar estereótipos racistas aprendidos na família, nas mídias consumidas ou na percepção geral do contexto social do país pós-abolição, em que pessoas negras ainda estão à margem do sistema econômico.

A violência racial acontece não apenas de forma individual – quando atribuem características negativas a pessoas negras, ou quando uma criança é xingada ou excluída de grupos por suas características físicas – mas também de forma coletiva: quando há um déficit de formação em relações étnico-raciais por parte dos educadores, ou quando políticas públicas não garantem o acesso à creche em bairros com a maioria da população negra.

Mighian Danae, mestre e doutora em Educação pela Universidade de São Paulo, apontou que “institucionalmente a escola não discute sobre valorização e pertencimento, o que faz com que a criança negra fique em desequilíbrio com as crianças brancas, que sempre vão estar se vendo nos livros e experiências na sala de aula”.

Segundo Mighian, a escola também é um local onde há poder de tensão e disputa, o que favorece o estabelecido por um status quo branco desde a infância, e pode impactar profundamente nos vínculos, construção de autoestima e em um desenvolvimento saudável para a criança negra.

A especialista aponta que pensar em infâncias negras e indígenas é também falar sobre grupos sociais que foram expulsos de diversos espaços de poder, e, por conta disso, são vistas pelo lugar da falta e da ausência. Uma consequência prática disso é uma não-incomum associação de “falta de futuro” a crianças negras economicamente desfavorecidas por profissionais sem letramento racial.

A pesquisadora menciona a atribuição de adjetivos como ‘bagunceiro’ ou ‘indisciplinado’ a crianças negras, ou até mesmo condutas na sala de aula em que educadores explicitam que a criança não é capaz de aprender. Em decorrência disso, a colocam no fundo da sala, legitimando o racismo que a afeta, tornando o ambiente hostil para sua permanência, em vez de trabalhar para que suas potencialidades sejam desenvolvidas.

O artigo de opinião Bonecas negras na escola: do estereótipo de assombração à práticas emancipatórias, escrito por pesquisadoras do Núcleo de Pesquisa e Formação em Raça, Gênero e Justiça Social do Cebrap, relata como atividades antirracistas iniciadas na educação infantil podem, além de oferecer recursos para o empoderamento, representatividade e autoestima de crianças negras, fazer com que educadores sejam capazes de identificar condutas preconceituosas dentro da sala de aula na primeira infância.

No artigo, as pesquisadoras relatam que uma menina de cinco anos, matriculada na educação infantil em um bairro periférico de população majoritariamente negra, disse que bonecas de cor marrom “sempre assombam”, e que não gostava delas. A fala, que ocorreu em uma atividade com bonecas negras e não-negras para trabalhar a diversidade étnico-racial na sala de aula, permitiu que a professora fosse capaz de ver como a percepção da menina sobre a negritude por meio da boneca já demonstrou ser fortemente enviesada por estereótipos negativos voltados à pele escura.

Em outra escola da rede pública, que também atende a educação infantil, crianças brincavam com tecidos, enquanto duas professoras observavam. Uma menina

branca reclamou de puxar a amiguinha, e a professora respondeu: “meu amor, você não é escrava, aproveita que você é loira e peça alguém para te puxar!”, situação onde criança e professoras saíram rindo.

Este exemplo demonstra a falta de letramento racial e/ou formação com ênfase antirracista por parte das educadoras, além da naturalização das opressões durante as brincadeiras e interações diárias. Falas e posturas como estas podem contribuir para a baixa autoestima, autoimagem negativa, desempenho insatisfatório, entre outras consequências para o presente e futuro de crianças negras expostas a situações em que o racismo é normalizado e não combatido.

Na tese de doutorado Crianças negras em escolas de “alma branca”: um estudo sobre a diferença étnico-racial na educação infantil, Edmacy Quirina de Souza buscou entender a influência dos discursos na construção das identidades. A pesquisa investigou como as crianças experienciam as diferenças étnico-raciais no contexto da educação infantil, e como as tais diferenças se constituem na organização dos espaços educativos e nas práticas discursivas e não-discursivas produzidas pelas crianças e professoras.

“Em relação às questões étnico-raciais e sua interseção com a infância, as análises permitiram entender que essas questões encontram-se enredadas numa teia de poder sobre os corpos infantis e, naquele espaço institucional, produzem e circulam saberes que funcionam numa correlação de forças”, explica Souza.

A pesquisadora aponta que concepções racistas e discursos começam cedo e têm um impacto significativo nas crianças. O ambiente cultural dominante frequentemente menospreza características negras e valoriza excessivamente características brancas, o que pode levar as crianças negras a internalizar inseguranças.

“Os sujeitos, desde a infância, relutam em se reconhecer como negra/negro. Ser negro seria aquela pessoa de cor de pele mais escura, numa visão engendrada pelos discursos do branqueamento com o intuito de continuar desvalorizando as características de negritude”, aponta.

Dentre as situações que contribuem para a perpetuação do racismo na escola, a pesquisadora destacou:

- existência de uma escola branqueada por meio de imagens (racismo imagético), que leva a uma institucionalização do branqueamento e naturalização da diferença, deixando de

reconhecer a diversidade racial da escola e, ao mesmo tempo, de identificar que cada grupo racial tem sua singularidade;

- desconforto de algumas crianças na autotribuição racial. Há uma dificuldade na autoatribuição da cor/raça e de se perceberem como negras, o que evidencia, além da construção social desta categoria, o processo de constituição da identidade da criança;
- recusa das crianças de valorizar a beleza da pessoa negra, o que reforça uma representação negativa do/da negro/a;
- o impacto do racismo na infância pode estar atrelado à forma como as escolas lidam com esta questão, comprovada pela organização espacial das instituições pesquisadas e dos brinquedos e materiais didáticos produzidos pelas docentes;
- dificuldade das professoras de utilizarem a palavra negro/negra para se referir à pessoa negra e de identificarem situações de discriminação racial no interior da escola.

Comunicando na prática

- **Contextualize o acesso à educação infantil:** apesar de dever do Estado, no Brasil, o acesso à pré-escola não é universalizado, o que significa que, apesar de um direito, nem todas as crianças têm a oportunidade de frequentar essa etapa educacional. Essa contextualização é necessária para o aprofundamento na realidade das políticas públicas destinadas à primeira infância no país;
- **Aborde a questão do racismo nessa etapa da educação:** nessa fase, os pequenos já são capazes de associar, reproduzir e perpetuar estereótipos racistas aprendidos na família, nas mídias consumidas ou na percepção geral do contexto social do país pós-abolição, em que pessoas negras ainda estão à margem do sistema econômico. É preciso trazer essa questão para debate e combate por meio da educação e também para alertar para a necessidade de acolher as crianças vítimas dessas violências;

- **Questione se/como a educação antirracista tem sido colocada em prática:** considerando que os impactos da educação infantil reverberam em toda a formação humana, é essencial a promoção de práticas antirracistas desde os primeiros anos da educação básica. Isso é urgente tanto para garantir que as crianças racializadas se sintam acolhidas e pertencentes, como para que as demais aprendam desde cedo a conviver e celebrar a diversidade.





CAPÍTULO 5

Cuidados com as mães negras

Questões específicas que afetam as maternidades negras, desde o acesso a cuidados de saúde até os desafios da mídia para abordar essas questões com mais sensibilidade.

A maternidade é um trabalho em tempo integral e desempenhado de maneiras diversas, porque é impactada pelos diversos marcadores e realidades sociais. Indicadores como cor/raça/etnia, renda, localização, composição familiar, escolaridade, dentre outros, influenciam as formas de maternar.

“Nós somos mulheres diferentes e singulares e os marcadores, como o de raça, nos levam a diversas experiências de ‘ser mulher’ e de ser mãe. Essa diferenciação é importante para não esquecermos que isso influencia nossas trajetórias, maneiras de se ler e criar os nossos filhos”. É o que aponta Luara Baia, mestre em Ciências Sociais e autora do livro *Maternidade tem cor? Narrativas de mulheres negras sobre maternidade* (Appris Editora, 2021).

Dessa forma, as desigualdades que perpassam todas as áreas da sociedade brasileira contribuem para que as possibilidades de vivenciar a maternidade não sejam as mesmas para todas as mulheres. Por outro lado, há a imposição de um ideal de maternidade distante das possibilidades de vida da maioria da população.

“As mães carregam uma culpa que a sociedade impõe a elas. Dificilmente uma mãe não se sente culpada, mas há sempre um olhar e um peso maiores quando falamos sobre as mulheres negras que são mães”, analisa a pesquisadora.

Em sua dissertação de mestrado, Luara também pontua que, no que diz respeito às maternidades negras no Brasil, outras camadas se sobrepõem. Dentre elas, a especialista alerta que é impossível falar sobre o tema sem levar em consideração o impacto da escravidão na subjetividade negra (de mães negras) e no pós-escravidão.

Negação das maternidades: herança colonial

No Brasil, muitas mulheres foram histórica e compulsoriamente afastadas de seus filhos e impedidas de exercer a maternidade, especialmente as negras, indígenas e pobres. Essas práticas de discriminação e violência continuam a influenciar políticas públicas e ações estatais até hoje, refletindo uma herança cruel escravagista que culmina no controle sobre corpos femininos, infantis e vulnerabilizados.

No artigo Das amas de leite às mães órfãs: reflexões sobre o direito à maternidade no Brasil, as pesquisadoras apontam que as bases desse tipo de violência estão alinhadas às adversidades decorrentes do contexto sócio-histórico no qual o país está inserido. “Há informações do século XVI sobre a separação compulsória de mães indígenas de seus filhos: mulheres que foram abusadas e escravizadas pelos colonizadores e ainda tiveram seus filhos sequestrados”, contam.

Além da perda de seus vínculos familiares e étnicos, as crianças eram catequizadas por padres e missionários e submetidas às crenças dos colonizadores portugueses. Suas mães eram impedidas de amamentá-las e obrigadas a aleitar os filhos dos europeus. Assim, foram instituídas as amas de leite no Brasil.

“Com o tráfico de escravos negros, a partir do século XVII, mulheres negras e suas crianças também passaram a ser alvo dessas violências. As amas de leite passaram a ser as negras e seus filhos eram entregues para a escravidão ou para abrigos”, explicam as especialistas.

Mais de um século após o fim legal da escravidão no país, o Estado continua impondo barreiras para essas mulheres exercerem a maternidade. Um exemplo é a retirada de crianças de mães em situações de vulnerabilidade, como aquelas dependentes do uso de drogas ou em situação de rua. Essas ações são frequentemente justificadas sob um discurso de proteção às crianças, mas perpetuam padrões discriminatórios profundamente enraizados.

Histórias como a de Ana Maria Cristina Soares de Oliveira, que aos 44 anos já teve oito de seus 11 filhos retirados e colocados em abrigos para adoção, não são casos

isolados. “Ouvi que não valia nada e que ‘nóia’ que engravida no meio da rua não tem o direito de ser mãe”, relatou em entrevista para o jornal O Globo.

Outras mulheres, como Janaína Aparecida Quirino, negra, pobre e em situação de rua, são esterilizadas à força após decisões judiciais. Os estudiosos Stursa, Nielsson e Andrade explicam que Janaína foi submetida ao procedimento de esterilização compulsória ao dar à luz ao seu oitavo filho, no momento do parto.

A cirurgia aconteceu “sem que para tanto tenha sido colhido seu consentimento e sem que a ela tivesse sido garantida a liberdade de decidir sobre sua vida, sob o argumento de que não seria capaz de gerir o planejamento familiar, por não se encontrar em condições para tanto, devido seu estado atual de drogadição”, denunciam.

Mas a esterilização forçada de mulheres negras e pobres não é algo recente na história brasileira. Luara Baia relembra que, nos quesitos de saúde reprodutiva e maternidade, esse grupo sempre foi visto como prejuízo e problema social, assim como seus filhos. “Tendo em vista o racismo estrutural brasileiro, a esterilização compulsória de mulheres negras andava de mãos dadas com as teorias eugênicas, visando a construção de um país cada vez menos negro”, aponta em sua dissertação.

Essa prática de gestão e controle da vida e da população por parte do Estado ou outras instituições de poder foi descrita como biopoder por Michel Foucault, e afeta aspectos como saúde, reprodução, higiene, educação e condições de vida. Como os casos citados exemplificam, também podem limitar as possibilidades de cuidado e vínculo das mães com seus filhos, perpetuando práticas que, em vez de promover o bem-estar, reforçam estigmas e segregações.

Em vez de oferecer o cuidado e suporte necessários para enfrentar as dificuldades, o Estado criminaliza, pune e discrimina mães a partir dessas medidas. Assim, ele não apenas falha em resolver os problemas sociais, mas também perpetua a marginalização e a exclusão dessas mulheres e suas famílias.

A negação da maternidade também é imposta a partir da morte e encarceramento de seus filhos pelo Estado. Dona Zilda, por exemplo, perdeu seu filho, Fernando Luiz de Paula, mais conhecido como Abuse, no massacre que ficou conhecido como Chacina de Osasco e Barueri (SP), em 13 de agosto de 2015.

“Naquela noite, três policiais militares e um guarda civil municipal assassinaram 18 pessoas, dentre elas Fernando, e deixaram outras três feridas em um intervalo de apenas três horas. O motivo seria a retaliação e vingança pela morte de um

policial militar e de um guarda civil metropolitano após um assalto ocorrido alguns dias antes”, explica matéria do **Nós, mulheres da periferia**.

O Atlas da Violência 2024 publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) junto ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) revelou que 46.409 pessoas foram assassinadas no Brasil em 2022. Desse total, 76,5% eram pessoas pretas e pardas.

O filósofo camaronês Achille Mbembe desenvolveu o conceito necropolítica para descrever essa capacidade do Estado de determinar quem pode viver e quem deve morrer, seja por sua ação ou omissão. Essa forma de poder soberano vai além do controle biopolítico, onde o foco está na gestão da vida, e se concentra na gestão da morte.

Maternidades negras e a omissão do Estado

As violações perpetuadas pela omissão das instituições de poder em relação às práticas sociais de cuidado estão na outra face dessa moeda de opressão. A elas é atribuída uma “solução familiar”, que é a responsabilização da família por essa organização. Assim, o Estado se isenta de prover mecanismos para atender certas necessidades.

Como resultado, as mulheres são sobrecarregadas pelo trabalho do cuidado, que implica em cuidar da casa e das pessoas de forma não remunerada, além de desempenharem funções que tragam retornos econômicos e financeiros para a manutenção de seus lares. Isso é chamado de economia do cuidado.

O levantamento Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontou que, em 2019, as mulheres dedicavam quase o dobro de horas por semana aos afazeres domésticos e cuidado de pessoas do que os homens. Enquanto eles dedicavam, em média, 11 horas semanais, elas dedicavam 21,4 horas.

No artigo A posição desvantajosa das mulheres negras na divisão sexual do trabalho e nos cuidados domésticos no âmbito familiar, Suzane Carvalho Domingues aponta que a persistência dessa divisão sexual do trabalho não apenas limita a independência financeira e autonomia nas escolhas de vida das mulheres, mas também as submete a condições de vulnerabilidade social e econômica.

“Se anteriormente à década de 70 do século passado as mulheres estavam confinadas somente ao espaço doméstico enquanto o homem era visto como provedor, hoje a mulher passou a desempenhar o papel de provedora (em muitos casos a única provedora) combinado com a responsabilidade de realizar a maior parte ou todo trabalho doméstico não remunerado”, alerta.

Um estudo do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV) aponta que 11 milhões de mulheres exercem a maternidade solo no país. Além disso, essas mães chefiam pelo menos 15% dos lares brasileiros, sem ter redes de apoio. Além disso, 73,8% das famílias de baixa renda, cadastradas no CadÚnico (Cadastro único para programas sociais) são de mãe solo, sendo a maioria negra (74,3%) e jovem, entre 25 e 34 anos (47,9%).

Para a pesquisadora Luara Baia, a falta de uma rede de apoio sólida, a presença de companheiros pouco envolvidos e a necessidade de conciliar trabalho mal remunerado com os cuidados dos filhos, agravam essa situação. Essa carga excessiva tem impactos negativos na saúde física e mental das mães, que relatam sentimentos de solidão e estresse. A percepção de que precisam ser fortes e autossuficientes contribui para o desgaste emocional, uma vez que evitam pedir ajuda mesmo em situações críticas.

“Estes condicionamentos sociais, atrelados à falta de equipamentos públicos de apoio ao cuidado/educação de crianças, interferem diretamente no tempo em que as mulheres poderiam estar se dedicando aos estudos, à carreira, ao emprego e na participação política, colocando-as numa posição de exclusão social”, alerta Suzane.

Um caso em que a omissão do poder público e a sobrecarga materna é evidenciada é no acesso às creches, a primeira etapa da educação básica, que atende crianças de 0 a 3 anos. Legalmente, essa política é um direito das crianças e uma responsabilidade do Estado.

Mesmo sendo um serviço essencial para a população mais vulnerabilizada, o serviço é pouco acessível para quem mais precisa. De acordo com um estudo publicado pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV) em 2022, apenas 24,4% das crianças de até três anos pertencentes às famílias mais pobres têm acesso às creches no Brasil.

Outro caso que reforça o papel unilateral das mulheres como cuidadoras principais é a licença maternidade. Atualmente, as mães que trabalham em regime CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) têm, em média, 120 dias de licença. Os pais, por sua vez, dispõem de apenas cinco dias de licença-paternidade desde a promulgação da Constituição Federal de 1988.

A lei máxima estabeleceu esse prazo apenas até que o tema fosse regulamentado por meio de uma nova lei, o que ainda não aconteceu. Ainda mais alarmante é entender que menos de um terço dos pais brasileiros entrevistados pelo estudo Helping Dads Care, do Instituto Promundo, tiraram os cinco dias previstos na legislação.

“Se a maternidade e a falta da licença maternidade remunerada forem analisadas pela ótica de vulnerabilidade social, são fatores que contribuem para a pobreza da trabalhadora informal quando esta licença não é concedida à parte deste público feminino”, analisa Suzane.

Quem cuida de quem cuida das crianças negras?

Cuidar de quem cuida, especialmente das mães negras, é fundamental não apenas para o bem-estar delas, mas também para promover uma sociedade mais justa e equitativa. Questões de raça, classe e gênero influenciam profundamente as práticas de cuidado e acesso aos serviços de saúde.

Em relação aos serviços de saúde, Barbosa, Oliveira e Corrêa explicam, no estudo Saúde e mulheres negras: notas sobre colonialidade, re-existência e conquistas que existem violências veladas e explícitas, interseccionadas em diversificadas esferas, que resultam em barreiras no acesso, na hierarquização e diferenciação nas práticas do cuidado, na não priorização em programas e políticas de saúde, por exemplo.

“A forma como as políticas públicas de saúde organizam as linhas de cuidado raramente problematiza ou leva em consideração a questão racial, ao contrário, são formuladas a partir da noção de corpo único, universal, sem considerar a produção historicizada do lugar de corpos e sujeitos de base colonial-racial, o que é revelador de uma dada dinâmica social e se traduz em valores sociais e práticas racistas”, apontam.

A disparidade se revela no cuidado pré-natal e durante o parto. Entre 2014 e 2019, as mulheres negras tiveram menos acesso ao pré-natal e o número de mulheres negras que morreram durante a gravidez ou 42 dias após o fim da gestação foi de 8 a mais, a cada 100 mil nascidos vivos, do que entre mulheres brancas.

Sueli Carneiro, doutora em filosofia pela USP e liderança do movimento negro, denomina como asfixia social a forma como o racismo, o sexismo e o classismo se

entrelaçam e afetam especialmente as mulheres negras. Essa condição tira das mulheres negras seu lugar na sociedade e impõe um cuidado baseado em raízes coloniais.

“Um conjunto de questões que nos atravessa como mulheres negras – individual, coletiva e historicamente marcadas –, são aqui abordados como uma agenda que precisa ser construída coletivamente, entrar pela porta da frente dos espaços acadêmicos e da atenção à saúde, e alçar o patamar de prática social: a produção social do corpo racializado e a questão do cuidado, costurados pelas afetações dessas dinâmicas, e abordando a questão do sofrimento, agência, resistência e conquistas”, explica o artigo de Barbosa, Oliveira e Corrêa.

Ao perpetuar padrões de cuidados herdados da escravização, a sociedade continua tratando mulheres negras como mercadorias, as desumanizando e negando suas vulnerabilidades. As consequências de continuar enxergando-as como ferramentas de trabalho são obviamente ignorar suas necessidades físicas e emocionais e esperar que suportem imensas cargas sem reclamar ou demonstrar fraqueza.

Comunicando na prática

- **Desconstrua estereótipos:** a desconstrução dessas imagens é possível por meio da humanização das experiências individuais, evitando generalizações, narrativas simplistas e estereotipadas;
- **Contextualize historicamente:** trazer o panorama mais amplo que contempla as maternidades negras no país é essencial, contextualizando o racismo estrutural e socioeconômico que afeta essa população;
- **Amplifique vozes:** ouvir as próprias mães negras sobre suas experiências é fundamental para assegurar que as representações sejam respeitadas e relevantes. Isso também contribui para a quebra de padrões de imaginários únicos sobre as maternidades e exemplifica na prática que existem diversas formas de maternas, em diferentes contextos sociais, econômicos e culturais;
- **Respeite a ética na cobertura:** respeite a privacidade e a dignidade das mães negras, não explorando suas questões pessoais ou íntimas, considerando também o impacto das coberturas na vida das pessoas envolvidas;

- **Desconstrua o mito da “mãe forte”:** não perpetue o estereótipo de “mãe negra forte”, que frequentemente resulta em falta de apoio e compreensão das suas necessidades emocionais e físicas. É crucial promover uma visão mais humanizada e solidária das mães negras.

Considerações finais

A busca por uma representação antirracista é um passo essencial para a construção de uma sociedade mais equitativa para todas as crianças, especialmente as negras. Como vimos, a comunicação homogênea das experiências infantis frequentemente retrata as crianças por meio de uma lente estereotipada, marcada pela falta e pela vulnerabilidade, ignorando suas singularidades, sonhos e potenciais. Essa visão limitada reforça a necessidade urgente de transformação no modo como as histórias das crianças são contadas.

Portanto, é fundamental promover uma comunicação antirracista que desconstrua estereótipos e amplifique as vozes das infâncias negras. A representatividade na comunicação deve ser valorizada como um direito, pois é por meio dela que as crianças e suas famílias se reconhecem e se empoderam, vislumbrando futuros possíveis.

Para isso, é preciso valorizar as vozes dos protagonistas das histórias e as diversas experiências que compõem o cotidiano das crianças brasileiras. A qualificação da cobertura jornalística, com ênfase na luta antirracista, é um convite à transformação social. Com uma postura crítica e inspiradora, o jornalismo pode contribuir para um futuro igualitário e justo, em que todas as infâncias tenham seus direitos garantidos e suas histórias legitimadas.

O guia “Novas perspectivas sobre infâncias negras” é um chamado à ação para comunicadores e toda a sociedade. Construir uma comunicação mais justa e representativa é um processo diário que exige o compromisso de todos nós.

As crianças negras merecem ser vistas, ouvidas e celebradas em toda a sua potencialidade.

Bibliografia

ANMIGA – Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade. Desigualdades em saúde de crianças indígenas. 2022. Disponível em: https://ncpi.org.br/wp-content/uploads/2024/04/NCPI_WP12_Desigualdades_em_saude_de_crianças_indigenas_2024.pdf. Acesso em 20 junho. 2024.

BAIA, Luara Paula Vieira. Maternidade tem cor?: vivências de mulheres negras sobre a experiência de ser mãe. 2020. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado)- Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

BARBOSA, Ana Cláudia; OLIVEIRA, Roberta Gondim de; CORRÊA, Roseane Maria. Cuidado em Saúde e mulheres negras: notas sobre colonialidade, re-existência e conquistas. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 28, p. 2469-2477, 2023.

Centro de Integração de Dados e Conhecimento para Saúde (Cidacs/Fiocruz Bahia). Shifts towards overweight and double burden of malnutrition among socio-economically vulnerable children: a longitudinal ecological analysis of Brazilian municipalities. 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33222714/>. Acesso em 20 junho. 2024.

DAILY MAIL. The guilty time generation: How 96% of women feel ashamed every day. Disponível em: <https://www.dailymail.co.uk/femail/article-1342075/The-guilty-time-generation-How-96-women-feel-ashamed-day.html>. Acesso em: jul. 2024.

DIAS, Isabel Simões; CORREIA, Sônia; MARCELINO, Patrícia. Desenvolvimento na primeira infância: características valorizadas pelos futuros educadores de infância. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 7, n. 3, p. 9-24, 2013.

EQUIMUNDO. Helping Dads Care. Disponível em: <https://www.equimundo.org/resources/helping-dads-care/>. Acesso em: jul. 2024.

FUNDAÇÃO MARIA CECILIA SOUTO VIDIGAL. Desigualdades na garantia do direito à pré-escola. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2022. Disponível em: [link do documento]. Acesso em: 8 jul. 2024.

GLOBO. Mães órfãs: bebês de mulheres em situação de rua ou dependentes químicas são enviados para abrigos. *O Globo*, 10 jul. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/maes-orfas-bebes-de-mulheres-em-situacao-de-rua-ou-dependentes-quimicas-sao-enviados-para-abrigos-1-25364320>. Acesso em: jul. 2024.

IBGE. Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html>. Acesso em: jul. 2024

Instituto Socioambiental. Enciclopédia Povos Indígenas no Brasil: Direitos constitucionais indígenas. 2024. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Constitui%C3%A7%C3%A3o>> . Acesso em 20 junho. 2024.

NÓS, mulheres da periferia. Mulheres que lutam por memória, verdade e justiça. 2023. Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/especial/mulheres-que-lutam-por-memoria-verdade-e-justica/>. Acesso em: jul. 2024.

Núcleo Ciência Pela Infância (NCPI). Desigualdades em saúde de crianças indígenas. 2022. Disponível em: <https://ncpi.org.br/wp-content/uploads/2024/04/NCPI_WP12_Desigualdades_em_saude_de_crianças_indigenas_2024.pdf> . Acesso em 2024

PIAUI. Cada 10 mulheres chefes de família no Brasil, 6 são negras. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/cada-10-mulheres-chefes-de-familia-no-brasil-6-sao-negras/>. Acesso em: ju. 2024.

PODER360. 8 em cada 10 assassinados no Brasil são negros, indica Atlas da Violência. 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/8-em-cada-10-assassinados-no-brasil-sao-negros-indica-atlas-da-violencia/>. Acesso em: jul. 2024.

PROMUNDO. Primeiras infâncias negras e a educação infantil. Caderno 2. 2023. Disponível em: https://promundo.org.br/wp-content/uploads/2023/06/pia-caderno2_primeiras-infancias-negras-e-a-educacao-infantil.pdf. Acesso em: 15 jul. 2024.

SOUZA, Edmacy Quirina de. Crianças negras em escolas de “alma branca”: um estudo sobre a diferença étnico-racial na educação infantil. 2016.

SOUZA, Janaína P. Bonecas negras na escola: do estereótipo de assombração a práticas emancipatórias. Nexo Políticas Públicas, 2 jun. 2023. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/opiniao/2023/06/02/bonecas-negras-na-escola-do-estereotipo-de-assombra%C3%A7%C3%A3o-a-pr%C3%A1ticas-emancipat%C3%B3rias>. Acesso em: jun. 2024.

TERRA. Brasil possui mais de 11 milhões de mães solo, aponta estudo. 2023. Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/brasil-possui-mais-de-11-milhoes-de-maes-solo-aponta-estudo,67095da2f71938c73bca67a2b4a2862bnher8h3u.html>. Acesso em: jul. 2024.

Ficha técnica

Coordenação: Mayara Penina

Redação: Thalita Monte Santo e Mayara Penina

Edição e revisão: Lívia Lima

Ilustração: Gabriela Lucena

Projeto gráfico e diagramação: Regiany Silva

Sobre o Nós, mulheres da periferia

O Nós, mulheres da periferia é um site jornalístico dedicado a repercutir a opinião e a história de mulheres negras e periféricas. Em atividade desde 2014, o objetivo do veículo é democratizar o debate público e aproximá-lo da realidade brasileira, que tem uma população majoritariamente formada por mulheres negras.

Sobre a Alma Preta

A Alma Preta Jornalismo, uma agência de notícias especializada na cobertura nacional e internacional a partir de uma perspectiva racial negra. O grupo, criado em 2015, faz uma cobertura da realidade brasileira a partir do olhar de jornalistas negros e produz conteúdo em diferentes formatos sobre assuntos variados, como segurança, direitos humanos, cultura, comportamento, política, entre outros.

Sobre a Marco Zero

A Marco Zero Conteúdo é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que tem por objetivo qualificar o debate público promovendo o jornalismo investigativo e independente. Em um cenário de concentração de mídia e perda de credibilidade dos meios de comunicação tradicionais, como vem ocorrendo no Brasil, a Marco Zero aposta na produção de reportagens e conteúdos que exponham as relações de poder, dando destaque a temas de interesse público invisibilizados pela mídia corporativa.

Sobre a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal

Desde 2007, a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal trabalha pela causa da primeira infância com o objetivo de impactar positivamente o desenvolvimento de crianças com até seis anos. A Fundação atua por meio de duas estratégias, alavancar políticas públicas e ativar a sociedade para a primeira infância, com foco na promoção da educação infantil de qualidade, no fortalecimento dos serviços de parentalidade e na avaliação do desenvolvimento infantil.

Realização

nós

Parceria



MARCOZERO

Apoio



FUNDAÇÃO
Maria Cecília
Souto Vidigal